Câmara Municipal de Piedade
Rua Eurico Cerqueira César, 160 – Centro – Piedade – SP CEP 18170-000
Telefone: (15) 3244-1377 - Site: www.piedade.sp.leg.br
E-mail: contato@piedade.sp.leg.br

ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2021

Presidente: Adilsom Castanho

1ª Secretária: Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de 2021, às 19h00, no Plenário da Câmara Municipal de Piedade, situada na Rua Eurico Cerqueira César, nº 160, com a presença dos senhores vereadores: **1)** Adilsom Castanho (DEM), **2)** Alexandre Pereira (MDB), **3)** Alex Pinheiro da Silva (PTB), **4)** Caio Cezar da Silva Martori (PSDB), **5)** Jeferson Donisete Cardoso (PP), **6)** Joacildo Xavier dos Santos (PSD), **7)** José Anésio Xavier Lemes (PP), **8)** Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva (PSD), **9)** Mauro Vieira Machado **(**PT**), 10)** Nelson Prestes de Oliveira (PSDB), **11)** Nilza Maria dos Santos Godinho (PSDB), **12)** Valdinei Aparecido Mariano Franco (MDB) e **13)** Wandi Augusto Rodrigues (DEM) foi dado início à trigésima terceira sessão ordinária de 2021 com o seguinte **EXPEDIENTE**: Em votação a ata da trigésima segunda sessão ordinária de 2021 – **Aprovada por unanimidade (12x0)**; Leitura das **Matérias Recebidas do Poder Executivo**: **Of. Seg. nº 216/2021**, de 24/11/2021 - Resposta ao requerimento nº 133/2021; **Of. Seg. nº 217/2021**, de 24/11/2021 - Resposta ao requerimento nº 135/2021; Leitura das **Matérias Recebidas de Diversos**: **Servidores públicos municipais de Piedade**, de 23/11/2021 – Requerimento para elaboração de projeto de lei alterando a jornada semanal dos servidores públicos da área da saúde; Leitura das **Proposições**: **Projeto de lei nº 60/2021 (Poder Executivo)** – "Autoriza o Poder Executivo a outorgar concessão onerosa de uso do imóvel municipal edificado no Parque Ambiental Collemar de Miranda Botto e dá outras providências."; **Projeto de lei nº 61/2021 (Poder Executivo)** – "Autoriza o Poder Executivo a outorgar concessão onerosa de uso do imóvel municipal edificado na Praça Coronel João Rosa e dá outras providências"; **"Projeto de lei nº 62/2021 (Poder Executivo) –** "Autoriza o Poder Executivo a outorgar concessão onerosa de uso do imóvel municipal edificado na Praça Raymundo Antunes Soares e dá outras providências."; **Requerimento nº 136/2021** (vereador Caio Cezar da Silva Martori) – "Solicita informações sobre a criação do Plano de Carreira dos servidores administrativos e de apoio da Educação." – O requerimento foi colocado em discussão – **Vereador Caio Cezar**

da Silva Martori (1) – "Boa noite a todos, eu gostaria de brevemente saudar a presidência dessa Casa, a Mesa, nobres pares, o público aqui presente, funcionários da Casa e todos que nos acompanhem pelas redes sociais. Eu fiz esse requerimento em relação aos funcionários da educação, que compõe essa máquina que é a educação, maior setor da prefeitura, que tem o maior orçamento, e que, acredito eu, que é a que tem a maior capacidade de mudar as pessoas para que possam mudar nossa sociedade. Nós sabemos que os profissionais do magistério já têm, desde 2012, um plano de carreira. Que foi, inclusive, aprovado na época da gestão do ex-prefeito Geremias, que hoje encontra-se aqui no plenário, o qual cumprimento também. E os professores, parte muito importante desse processo lutam diariamente e tem que ser valorizados, mas nós sabemos que a educação também tem outros profissionais que são de suma importância para o seu funcionamento. Eu sempre costumo dizer que o aluno não chega na escola se o motorista do transporte escolar e os monitores não fizerem esse transporte, o aluno não vai ter condições de estudar se ele não tiver uma boa merenda, se ele não tiver a escola limpa, se ele não tiver a escola organizada administrativamente, então nós temos aí, uma série de professionais que necessitam de um olhar, de um plano de carreira que possa valorizar a importância que eles têm para o processo educacional. Nós vemos aí que o Governo do Estado tem um plano de carreira, há muito tempo já, para todos os servidores da educação e penso que já passou da hora da administração pública estudar um plano de carreira para esses profissionais. É lógico, aqui eu quero frisar que todos os servidores públicos merecem ter a sua valorização e um plano de carreira. Também quero mencionar aqui, a ex-prefeita Maria Vicentina, que hoje é nossa colega vereadora, que na época, também criou um grupo de estudos, e nós, eu digo porque eu participei, elaboramos um plano de carreira para todos os servidores, que infelizmente, não veio para essa Casa. Foi um trabalho extenso, e que ia valorizar muito todos os servidores da prefeitura, mas, infelizmente, não veio para essa Casa porque o mandato dela se encerrou e o prefeito seguinte, aliás, desculpe, vou fazer um adendo, ele veio para essa Casa e foi retirado. Mas, em relação à educação..." – **Questão de ordem do presidente –** "Pela ordem nobre vereador, deu o tempo." – **Continuou o orador –** "Então eu peço o apoio para a aprovação desse requerimento, que é de suma importância a gente saber qual é o plano da administração na valorização desses servidores, obrigado." – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-lo, o requerimento foi colocado em única

votação – **Aprovado por unanimidade (12x0)**. Esgotado o tempo para a realização do Expediente, conforme define o § 1º do art. 112 do Regimento Interno, a leitura das demais matérias continuará na próxima sessão ordinária, bem como os vereadores inscritos em Tema Livre estarão automaticamente inscritos para a próxima sessão, conforme define o § 6º do inciso III do art. 115 do Regimento Interno. Após o encerramento do Expediente, o senhor presidente concedeu 10 (dez) minutos de intervalo regimental e, após encerrado o intervalo e realizada nova chamada regimental, quando foi constatada a presença de todos os vereadores, foi dado início à pauta da **ORDEM DO DIA**. **1) Redação final do projeto de lei nº 42/2021 do Poder Executivo (Comissão de Justiça e Redação)** – "Dispõe sobre a revogação dos incisos II e III do art. 1º e alteração do art. 2º da Lei nº 3756, de 13 de dezembro de 2006, que trata de autorização do Poder Executivo a fornecer cesta básica aos beneficiários que menciona e dá outras providencias." – A redação final foi colocada em única discussão – Como não houve vereadores para discuti-la, a redação final foi colocada em única votação – **Aprovada por unanimidade (12x0)**; **2) Projeto de lei nº 46/2021 (Poder Executivo)** – "Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Piedade para o período de 2022 a 2025." – O projeto de lei foi colocado em primeira discussão – Como não houve vereadores para discuti-lo, o projeto de lei foi colocado em primeira votação – **Aprovado por unanimidade (13x0) - O projeto será incluído na pauta da próxima sessão para segunda deliberação**; **3) Projeto de lei nº 47/2021 (Poder Executivo) com emendas da Comissão de Justiça e Redação** – "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 e dá outras providências." – A emenda nº 1 foi colocada em primeira discussão – Como não houve vereadores para discuti-la, a emenda nº 1 foi colocada em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)**. Em seguida, a emenda nº 2 foi colocada em primeira discussão – Como não houve vereadores para discuti-la, a emenda nº 2 foi colocada em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)**. Em seguida, o projeto de lei foi colocado em primeira discussão – Como não houve vereadores para discuti-lo, o projeto de lei foi colocado em primeira votação – **Aprovado por unanimidade (13x0) – O projeto e suas emendas serão incluídos na pauta da próxima sessão para segunda deliberação**; **4) Projeto de lei nº 55/2021 (Poder Executivo) com emendas –** "Estima a receita e fixa a despesa do Município de Piedade para o exercício de 2022." – A emenda nº 1 foi colocada em primeira discussão – **Vereador Adilsom Castanho (1) –** "Com licença, vou

retirar a máscara. Quero saudar a Mesa constituídas, os nobres pares, e quem nos acompanha através das redes sociais e o público aqui presente. Momento muito oportuno, já estive nessa Casa, agora é a quarta vez, e nunca houve uma conversa relacionada às emendas. Primeiramente, quero parabenizar o nobre vereador Ney, pela emenda que ele colocou. Como são inúmeras emendas, eu vou usar essa só para esclarecer a questão das emendas para quem nos acompanha. As emendas que nós vereadores, que essa Casa de Leis faz, ela não é uma emenda impositiva, ou seja, o prefeito não tem a obrigação de cumprir essa emenda, nós colocamos no papel a nossa ideia, o que nós projetamos para o orçamento do nosso município, mas não existe, até hoje, não existe, por lei, uma obrigação do prefeito cumprir, ou seja... Agora, como o nobre prefeito Geraldinho já passou por essa Casa como vereador, e ele sabe e acompanhou a dificuldade que é, nós, vereadores, somos muito limitados, os nossos projetos de lei não podem gerar despesas para o nosso município, ou seja, que projeto que não gera despesa? Então, nós, vereadores, ficamos de mãos atadas, mas se estendeu, ao longo do ano, uma conversa com todos os vereadores, que ele irá cumprir essas emendas, essa é a grande importância, e é um momento único, porque até agora, um ou outro prefeito cumpriu a emenda de acordo com a vontade dele, que não é diferente hoje, mas existe, sim, um acordo de cavalheiros, e eu tenho certeza que o prefeito vai cumprir conosco, e é muito importante. Para quem não esteve nessa Casa anteriormente, irá perceber o efeito que uma emenda de 100 mil, que, ao longo de nosso mandato, será 300 mil, a gente consegue direcionar, principalmente em cima dos projetos de lei que nós apresentamos, das intenções nossas nessa Casa. Então, é muito oportuno, acho importante esclarecer aqui também, já desde já peço desculpas ao nobre vereador Caio e ao nobre vereador ‘Wandinho’, eu irei votar nas emendas de todos os vereadores, mas como a conversa nossa, ela caminhou no sentido de ser R$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada vereador, para cada par desta Casa, então eu votarei favorável na emenda até os R$ 100.000,00 (cem mil reais) para que seja igual para todos. Porque se nós, cada um, fizesse um valor e não tivesse a certeza de que seria cumprida, isso daí dificultaria para nós no andamento das nossas ideias, dos nossos projetos, mas como tem, sim, a intenção do prefeito e eu vou cobrar ele, porque é uma economia que esta Casa está fazendo, que todos nós, vereadores, estamos fazendo, é um esforço, que nós, vereadores estamos fazendo, que nós estamos devolvendo grande parte do nosso orçamento para o município. Aqui, raramente um vereador usa o veículo da Casa, usa um dinheiro para viagem,

não usa dinheiro para esse tipo de trabalho. Muitos podem achar 'mas não precisa', precisa sim, é um esforço de cada vereador, o preço que está o combustível, não é fácil o vereador se deslocar daqui para a divisa do município, como Tapiraí, Cachoeira da Fumaça. Só nesse mês eu fui duas vezes para lá, então, a gente vai, com o recurso que a gente tem, com o dinheiro da gente, parece muito, o vereador aqui hoje, vamos arredondar o número, um salário de, basicamente, R$ 3.000,00 (três mil reais), agora, imagina ele custear tudo do bolso dele? Então, eu sei que é um esforço de cada um de nós, e eu sei, também, que todos tem o direito, em função do bem público, de usar os recursos, mas eu vejo e converso com todos, e todos procuram enxugar ao máximo, então, existe essa economia dentro da Câmara Municipal, e existe esse compromisso com o prefeito que na devolução de parte desse dinheiro ele vai cumprir as emendas conosco. Eu vou cobrar, e eu peço que todos os nobres pares cobrem também, cada um destinou, um destinou para iluminação pública, outro para saúde, e assim por diante, então, nós vamos cobrar do prefeito, e eu acho que ele está nos acompanhando aí, prefeito, eu agradeço desde já. Isso é uma troca, isso daí gera confiança, uma vez que o que está sendo discutido e apresentado hoje seja cumprido. Era isso, muito obrigado." – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-la, a emenda nº 1 foi colocada em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)**. Em seguida, a emenda nº 2 foi colocada em primeira discussão – **Vereador Valdinei Aparecido Mariano Franco (1) –** "Peço licença para tirar a máscara. Boa noite presidente, Mesa, nobres colegas vereadores, população que nos acompanham pelas redes sociais e aqui presente. Só para falar rapidamente das emendas. A primeira, aliás, o presidente já explicou praticamente tudo né? Já deixou bem claro para a população. As emendas, rapidamente, então, agradeço o prefeito por estar atendendo esses R$ 30.000,00 (trinta mil reais) para a entidade AMAR, o Externato Mãe da Providência, que tem algo importante na minha vida, é um lugar onde eu trabalhei durante praticamente 12 anos como educador, e além dela, a AEJUPI também. Eu já sempre deixei claro que, como vereador, vou trabalhar muito pelas crianças, pelos adolescentes e pela questão da prevenção. E aí, agora, essa emenda para o campo da Vila Moraes. Tem até a verba do nobre vereador 'Xandinho', que é para ir para o campo, e vai ser muito bem-vinda. Então, essa emenda eu deixei destinado para lá, caso precise, para a gente usar com mais urgência para algumas coisas necessárias, mais práticas, ou então, caso chegue a verba do nobre vereador, a gente já tem outra destinação para ela, mas sempre para esse objetivo.

Obrigado a todos.” – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-la, a emenda nº 2 foi colocada em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)**. Em seguida, a emenda nº 3 foi colocada em primeira discussão – **Vereador Joacildo Xavier dos Santos (1) –** “Boa noite a todos, peço licença para tirar a máscara. Presidente, Mesa constituída, nobres pares. O que eu venho nessa emenda pedir, é que a gente mora numa zona rural, a onde há uma necessidade muito grande de iluminação. Somente o pessoal que volta para a sua casa depois das 7, que geralmente já está escuro e tem muitos... O ônibus, aonde deixa nos pontos de ônibus não chega iluminação até as suas casas. Então, esse foi um pedido para essa emenda, para a gente poder concluir a iluminação pública, não só no Bairro Caetezal, como no bairro dos Luz, Lima, Soares, Godinhos, Piraporão, onde for necessário, na verdade, porque na região toda de Piedade está precisando. Obrigado.” **-** Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-la, a emenda nº 3 foi colocada em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)**. Em seguida, a emenda nº 4 foi colocada em primeira discussão– **Vereador Joacildo Xavier dos Santos (1) –** “Presidente, o que eu tentei dividir, em relação às emendas, que seria no valor de 100 mil, 50 mil para iluminação pública e 50 em relação a tubo para as estradas, porque a gente sente a dificuldade, porque a gente mora na zona rural, e a gente sente a dificuldade, quando as máquinas passam e chega época de chuva, as entradas das casas, muitas vezes, ficam sem poder entrar com o carro. Então, muitas pessoas pedem tubo para poder acessar as suas casas, e muitas vezes também, nas divisas de uma estrada para a outra, há uma necessidade de colocar tubulação, porque muitas vezes, quando começa a época de chuva, faz erosão e fica com muita dificuldade. Obrigado.” – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-la, a emenda nº 4 foi colocada em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)**. Em seguida, a emenda nº 5 foi colocada em primeira discussão – Como não houve vereadores para discuti-la, a emenda nº 5 foi colocada em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)**. Em seguida, a emenda nº 6 foi colocada em primeira discussão – **Vereador Wandi Augusto Rodrigues (1) –** “Boa noite senhor presidente, Mesa constituída, nobres pares, público presente, público que nos acompanha, servidores aqui da Casa. Num primeiro momento, eu quero trazer aqui... Foi falado sobre um acordo que seria no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais). Realmente, esse acordo existe para que possamos atender coisas que estão fora dos planos de governo da atual gestão. Qual que é o grande problema,

por que que eu faço essa emenda? Antes, eu vou explicar porque eu não discuti a minha emenda anterior. A minha emenda anterior, por mais que ela seja por uma questão prática, porque hoje, a defesa civil do município não tem um recurso específico, no município, em que a gente teve, só no mês de julho, 55 queimadas, nós não temos recursos específicos para a defesa civil. O recurso da defesa civil fica para a chefia de gabinete, o que não faz sentido. Mas como isso demanda de uma questão prática e de uma questão lógica, eu optei por não vir discutir. A questão do AEE, eu optei por vir discutir, por que? O AEE e o Núcleo Educacional, toda vez que eles recebem um aluno, o município recebe duas vezes, uma para o período regular, que é aluno do fundamental, e outra para o AEE. Qual que é o grande problema? O nosso município, no orçamento, não faz a distinção disso, ou seja, o município recebe, para o aluno do AEE, especificamente para aquilo, e na hora de fazer o orçamento não coloca para aquilo. Aí a gente fala assim 'a mas gasta para aquilo'. Não gasta. Não gasta, porque eu trabalhei dois anos na escola Cônego, e eu vi o que os alunos do AEE sofrem. O Núcleo também sofre muito, o Núcleo vive fazendo festa disso e daquilo para conseguir arcar com as suas despesas, só que o Núcleo eu não tenho tanto contato. Mas o AEE eu vi, eu senti na pele, e eu vi o tanto de coisa que faltava naquela escola. Recentemente, este ano, deve fazer aí, mais ou menos, um mês, dois meses, uma mãe foi levar o seu filho, viu que algumas lâmpadas estavam queimadas, não tinha luz em algumas salas, a mãe doou lâmpadas para que o AEE pudesse fazer a manutenção. Ou seja, se o recurso que vem para o AEE fosse usado no AEE, a gente não precisaria disso, e é justamente por isso que eu faço essa emenda, para que a gente veja no orçamento qual que é o recurso do AEE. Eu fiz 50 mil para o AEE e R$ 50 mil para o Núcleo, porque era uma questão que a gente tinha que resolver naquele dia. Porque se nós tivéssemos tempo, teria feito requerimento solicitando qual o valor específico Piedade recebeu do AEE em 2021, e minha emenda seria nesse valor. Porque é injusto que as nossas crianças, que mais precisam, recebam recursos destinados especificamente para isso, e não seja usado especificamente para isso. Então, eu, de certa forma, extrapolei os meu 100 mil que era o combinado, mas não é para uma questão que é para atender uma demanda minha, é só por uma questão legal, para acertar uma coisa que já há esse recurso, e só para declarar que, efetivamente, esse recurso está lá. E só um outro adendo aqui, nós fizemos uma audiência pública, e na audiência pública eu apontei isso, e aqui, nobres colegas, para que serve uma audiência pública? A audiência pública é um

mecanismo de participação popular na formatação de projetos de lei e do orçamento. Para nós, o projeto veio pronto, e fez a audiência pública só para comunicar que o projeto era aquele. Nós apontamos erros na audiência pública, e eles não consertaram. Então, se fosse feito os devidos ajustes nesse orçamento, hoje, essa emenda não teria sido feita. Então, a ideia dessa emenda, em momento algum foi extrapolar os R$ 100.000,00 (cem mil reais), a ideia dessa emenda é que a gente respeite o que é das nossas crianças, e que esteja lá, gravado, para que a gente tenha pelo menos um mínimo que a gente possa exigir que seja investido naquele determinado setor. Muito obrigado." – Continuou em discussão – **Vereador Adilsom Castanho (2)** – "Mesa constituída, nobres pares, peço licença para tirar a máscara. Quero deixar bem claro, eu não sou contrário, em momento nenhum, a emendas. Bati na tecla, e como a Casa tem 13 vereadores, 11 conseguiu, dentro da sua visão, distribuir os 100 mil. Todo mundo, quem não tem inúmeras outras necessidades e intenções? Mas a gente tinha um combinado, como eu falei, e nós distribuímos dentro desse combinado. Não sou contra, em momento nenhum, e quero deixar bem claro que a posição de nós, dentro dessa Casa, é fiscalizar. A grande obrigação do vereador, dentro dessa Casa, é fiscalizar. E é muito grave se realmente isso está acontecendo, relacionado a essa emenda, porque o dinheiro existe, onde foi esse dinheiro? Para onde está indo esse dinheiro? Então, eu não votarei favorável, primeiro pelo valor que ultrapassou o que nós combinamos, segundo, porque isso já existe, e nós temos aqui que fiscalizar e ver porquê isso não está sendo aplicado. Isso é muito grave o que foi falado aqui. Vamos ver por que que não está sendo aplicado. Porque existe, faz parte, existe uma contagem, existe um conta apresentada, da prefeitura, de número e o dinheiro vem em favor desses números. Por que que não está sendo usado? Algum erro existe. Então, deixo claro porque que votarei contra a essa emenda." – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-la, a emenda nº 6 foi colocada em primeira votação – **Aprovada pela maioria (11x2)**. Em seguida, a emenda nº 7 foi colocada em primeira discussão – **Vereador Wandi Augusto Rodrigues (1)** – "Nobres colegas, peço dispensa dos cumprimentos regimentais. Essa emenda, eu só quero lembrar aos meus nobres pares, um acordo que foi feito nesse plenário, em relação ao plano municipal de saneamento básico, onde a prefeitura nos mandou um plano 'copia e cola' que está desde 2019 sendo apresentado nessa Casa, um plano que estava atrasado desde 2017, um plano que não contemplava mais de metade do município, um plano que era horrível, um plano que era injusto, um plano que

não cumpria uma lei federal, um plano absurdo, um plano que aumentava a desigualdade no nosso município, um plano que não levava saneamento, E nós fizemos um acordo com o Prefeito, porque se a gente reprovasse aquele plano, o município perderia um repasse de 340 mil, aproximadamente, da Sabesp. Para não perdermos esse dinheiro, nós aceitamos fazer um acordo com o prefeito, fizemos um acordo, no qual nós demos 2 anos para que ele apresentasse os nossos estudos, e já no primeiro ano subsequente, o orçamento do município vem sem recursos para garantir esses estudos. Só que muitos me falaram 'mas esse estudo pode ser feito em 2023', num primeiro momento, eu quis dar um ano de prazo, eles falaram que um ano não era suficiente, então, se um ano não é suficiente para fazer em 2022, o que que 2023 tem a mais? 2023 tem a mesma quantidade de dias. Ou seja, essa desculpa do município que podem fazer 2023, é inviável. Não podem. Se podia, eles mentiram pra gente aqui, porque aqui a gente queria um ano de prazo e eles pediram dois, na verdade pediram até mais, né? E aí a gente fechou em dois. Então, essa emenda eu tento reforçar, também, a força dessa Casa. Eu tento fazer com que se cumpram os acordos que são feitos dentro dessa Casa. Eu quero cumprir o acordo do 100 mil? Quero, mas eu também quero cumprir o acordo com o plano municipal de saneamento básico, eu quero cumprir o que foi falado aqui, 'a mas o prefeito pode não cumprir', se ele não quer cumprir, ele que vete. Porque se ele sancionar, ele tem que cumprir, porque se ele sancionar e não cumprir, uma hora as contas chegam para gente aprovar, e aí a gente vê se a gente aprova ou não. O que está colocado no orçamento não está lá para o prefeito decidir se cumpre ou não, o que está colocado no orçamento é para ser cumprido, se não, não precisava de orçamento, o orçamento poderia ser feito por decreto. Por que que o orçamento é feito por lei? O orçamento é feito por lei, porque a lei é para ser cumprida. A gente tem que lembrar, eu lembro daquela frase de adolescente, não sei se é da fase de vocês, que a gente assinava no gesso do amigo quando ele se machucava, capa de caderno, que 'regra foi feita para ser quebrada'. Aqui não, regra não é feita para ser quebrada, se é feito uma regra, uma lei, é para ser cumprida. Se não quer cumprir, que vete, que vete e a gente discute aqui depois, se a gente derruba o veto ou não, mas se ele sancionar, ele tem que cumprir. E está aqui, um acordo feito por nós, qualquer coisa, a gente tem o projeto de lei que é o plano municipal de saneamento básico, e a gente vai cobrar pelo plano municipal de saneamento básico. Mas eu peço o voto favorável para a aprovação dessa emenda, porque foi feito um combinado com essa Casa, e essa Casa não pode deixar que venha alguém nesse

plenário, faça um combinado com a gente e não cumpram o combinado, então eu peço o voto favorável dos meus nobres colegas para que a gente consiga trabalhar em cima do plano municipal de saneamento básico e para que a gente consiga, enfim, andar com o saneamento básico no nosso município." – Continuou em discussão – **Vereadora Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva (2) –** "Inicialmente quero saudar aqui, o excelentíssimo presidente, a Mesa constituída, nobres colegas e o público que nos assiste. Eu venho aqui, para dizer que eu concordo com o nosso presidente, que se tinha um acordo entre todos os vereadores de um limite, é óbvio que eu gostaria de distribuir, também, emendas, mas nós temos que ter a consciência, acima de tudo, da capacidade financeira da nossa prefeitura. Se o prefeito concedeu esse limite, tudo bem, ele tem a capacidade, ele pode, muito bem, não cumprir as emendas, nós sabemos, e todos sabem. Emenda depende do planejamento do prefeito em cumprir. Mas nós temos aqui, pelo menos, que cumprir uma questão que foi discutida: limite de R$ 100.000,00 (cem mil reais). Não sou contra essa emenda do nosso nobre colega. Com relação à emenda, não fui contra, vamos dizer, não fui contra a emenda dos recursos para o Atendimento Especializado na Educação, mas nós sabemos que aí foi uma questão, também, de planejamento da Secretaria da Educação para poder atender os elementos básicos de toda a educação. Segundo, com relação a esta emenda, se está em lei, o que tem que ser cumprido, é o que está em lei. Se existe lá, uma aprovação por esta Casa, e aí é que nós temos que exigir o cumprimento, e eu tenho certeza que o nosso prefeito, se aqui deu a palavra de fazer esse plano de estudos de ampliação do plano de saneamento básico do município, ele vai cumprir, sim. Essa lei foi votada, essa cláusula foi colocada, esse tempo foi previsto e eu tenho certeza que o nosso prefeito cumprirá. Obrigada." – Continuou em discussão – **Vereador Nelson Prestes de Oliveira (3)** – "Senhor presidente, Mesa constituída, nobres colegas vereadores. Bom, a gente está vendo aqui, uma situação que todo mundo sabe. Já foi dito aqui pelo presidente que o prefeito só dá esse dinheiro se tiver dinheiro. E não adianta se iludir, gente. Eu já passei muitas vezes aqui nessa Casa de Leis, prefeito nenhum dá, porque, jamais ele vai tirar um dinheiro do funcionário de um outro lugar para dar dinheiro para vereador. Então, gente, não se iluda, não se iluda com isso. Não se iluda, porque eu nem fiz a emenda, eu não tenho emenda aqui não, porque eu sei que é perca de tempo. Também, se ele der, eu vou agradecer, como vocês vão agradecer: 'Prefeito, você é joia'. Mas gente, não se iluda. Que nem tem o caso que eu não discuti, mas só vou citar

uma emenda que foi feita agora, do vereador Baiano, o dele, a prefeitura, vereador, a prefeitura já é obrigada a fazer esse que o senhor pediu. Isso aí, se o senhor faz uma emenda e quer que a prefeitura vai fazer, isso aí é coisa, ó... Coisa que nem você imagina. Então, essa emenda que o senhor fez, vereador, eles são obrigados a colocar tubo, ele é obrigado a dar assistência para o pessoal do sítio. Se o senhor quisesse fazer uma emenda, fizesse para uma entidade que está precisando, e mesmo assim é complicado. Vocês sabem quantas vezes nós brigamos com o prefeito para passar dinheiro para entidade, com emenda, com tudo aqui, e nunca foi dado. Eles deram quanto quiseram. Então, não adianta. Eu só digo para vocês o seguinte: tomara que, eu estou falando aqui, e esteja errado. Porque eu gostaria que vocês todos recebessem essa emenda. Agora, emenda de 30, 50, e o presidente falou que é 100, que foi combinado com o prefeito. Se ele der pra mim esses 100 mil, porque eu como vereador, porque eu não fiz a emenda, eu acho que nem direito eu vou ter, eu já sei onde eu vou por esse dinheiro, você entendeu? Você está discordando de alguma coisa, vereador? Pode falar. – **Aparte do vereador Caio Cezar da Silva Martori –** "Desculpa, é que tinha um prazo para apresentar formalmente a emenda para que ela fosse colocada para votação. Se o nobre não apresentou formalmente, então daí não tem como ser incluído no orçamento. Por isso que, efetivamente, não vai ser atendido. Teria que ter sido feito no prazo, tá? Como os outros fizeram." – **Continuou o orador –** "A não, isso daí, eu sei disso. Isso daí eu sei disso, que se eu fazer ou não fazer, tanto faz. Se eu tivesse feito, eu não ia receber do mesmo jeito. Só isso." – Continuou em discussão – **Vereador Adilsom Castanho (4) –** "Peço licença das formalidades e vou direto à discussão das emendas. Foi falado, a intenção da emenda, 200 mil para o plano de saneamento básico. Nós passamos nessa Casa, alguns meses discutindo o plano de saneamento. E nós, todos os vereadores, comissão, audiências públicas, participações, chamamento de reuniões, e nós chegamos a um acordo, se não me falha a mente, o nobre vereador Wandi é o autor da emenda do plano de saneamento, pediu adiamento, por uma sessão, para que pudesse encaixar a obrigatoriedade, já que não tinha, por parte da Sabesp, que o município ficasse obrigado a, até o ano de 2023, apresentar um plano de saneamento municipal. Simples e fácil de entender. A emenda ele não tem obrigação, mas o que nós votamos e aprovamos no projeto de lei, é pura obrigação dele. Agora, o que nós não podemos querer fazer, é ingerência no mandato do Executivo, nós somos legisladores. Aqui é uma Casa, e lá é o Poder Executivo. Ele ganhou a eleição como prefeito,

ele montou a equipe dele para trabalhar e para desenvolver da forma dele. Nós, vereadores, temos que fazer o que? Cobrar, exigir que se cumpra o que está no plano de governo, o que está nos projetos de lei, essa é a nossa obrigação. Se não, nós vamos disputar a próxima eleição para prefeito, porque é a única forma da gente organizar do jeito que a gente quer, é sendo prefeito, não temos outro caminho, essa é a grande verdade. Tem aqui, inúmeras pessoas com experiência da vida pública. Temos aqui uma pessoa que já foi prefeita do nosso município. Hoje está como vereadora, é o plano de governo dela que ela colocou lá dentro, a forma de administrar dela, porque legitimamente, ela foi eleita para aquilo, e o prefeito atual, da mesma forma. Agora, o que nós todos votamos aqui, e aprovamos, nós temos que aprovar. Agora, apresentar uma emenda e só fica um bem na situação, e nós? E o que nós fizemos aqui? E o que nós sentamos, organizamos, nos orientamos para que acontecesse? Ficou acerto que é 2023, ou seja, com a emenda, ou não, tem que acontecer. Aí acontece, e fala assim 'porque eu fiz a emenda' aí fica difícil." – Continuou em discussão – **Vereador Mauro Vieira Machado (5) –** "Mesa constituída, nobres pares, população aqui presente, funcionários desta Casa, população que nos acompanham pelo Facebook, um boa noite a todos. O que me traz aqui, para falar um pouco sobre as emendas também, eu vi que está sendo bem polêmico essas questões. Mas eu gostaria de trazer um pouco mais de elementos. Essas emendas não são impositivas, então, o prefeito não tem a obrigatoriedade de fazer. Quando é impositiva, vou citar como exemplo, o que acontece com o deputado Vicentinho, deputado federal. Ele tem 16 milhões de emenda, para destinar para as associações, para as prefeituras, para as entidades como um todo. Desses 16 milhões, 50% (cinquenta por cento) é para a saúde, então é fechado, saúde. Outros 50% (cinquenta por cento) é para todas as outras áreas, e o que acontece, ele não consegue destinar 17 milhões, ele tem que destinar o que está na lei, o que está no acordo federal de 16 milhões. Por que que eu estou falando isso? Se essa questão de acordo de 100 mil, a gente tenta fazer dentro do limite de 100 mil, tendo em vista que o próprio 100 mil, pode ser que não seja contemplado, por quê, gente? Vou citar um exemplo aqui para vocês. Orçamento é uma previsão, a gente estima o orçamento, vou citar como exemplo o orçamento de 2019, era de R$ 145 milhões (cento e quarenta e cinco milhões de reais), efetivado, realmente, foi de R$ 135 milhões (cento e trinta e cinco milhões de reais), ou seja, 10 milhões a menos. Olha a dificuldade que existe para o Executivo. 2019 isso que eu falei, para 2020 estava orçado em R$ 145 milhões (cento e quarenta e cinco milhões),

fechou em R$ 137 milhões (cento e trinta e sete milhões de reais) e mais uns quebrados, ou seja, em torno de 7 milhões que não fechou o orçamento. 2021 eu não tenho quanto fechou porque não terminamos, e não teve a apresentação do terceiro quadrimestre, mas o orçamento estava orçado em R$ 140 milhões (cento e quarenta milhões de reais), tendo em vista que em 2020 era 145, ou seja, abaixou. E hoje, nós estamos orçando aqui, em 2022, em R$ 168 milhões (cento e sessenta e oito milhões de reais), se você parar para analisar, de 140 para 168, é 28 milhões a mais. E daí eu pergunto: será que isso vai ser efetivado realmente? Será que vai chegar na casa de seus 10 milhões a menos? Ou será que vai chegar nos seus 168 milhões? Olha, gente, eu também venho já de algum tempo aqui nessa Casa, de outro mandato, peguei um pedaço lá de trás, e acompanho. Nunca fecha. Nunca fecha, é uma previsão, nunca chega realmente nesse valor. E o Executivo tem que, dentro disso, segurar os recursos da melhor forma possível, economizar os recursos, melhor dito, para que ele não chegue no final do ano, gastando mais do que ele recebeu. Então ele tem que ter essa previsão que vai estar algo de 10 milhões a menos, e se todo mundo aqui fizesse emendas, daria um milhão e trezentos, já é um bom dinheiro, né? Mas como ele disse que vai realmente fechar e cumprir com essa Emenda, a gente faz as emendas, porque a gente sabe das dificuldades que existe, sabe das coisas que precisam ser feitas aqui em Piedade. Eu vejo que foi colocado, no caso específico do vereador Wandi, foi colocado 4 emendas. Extrapolou os 100 mil. Ele justifica as questões como é esse agora de 200 mil que é para fazer o estudo ambiental do sistema de água e esgoto do nosso município. Só queria também relatar que, possivelmente, não veio no orçamento, porque quando foi votado, o orçamento já estava nessa Casa. Então, não tinha essa previsão de realmente estar no orçamento, então, estava fora por causa disso. Ele quis fazer a emenda, achou oportuno fazer a emenda, eu respeito, acho que vereador está aqui para isso, a gente tem esse direito constitucional de fazer emendas, só que extrapolou os 100 mil. Eu só queria saber, na verdade, como que o prefeito vai fazer para cumprir, porque não vai cumprir todos, ele vai ter que escolher algum aqui, não tem como cumprir tudo. Também quero deixar essa questão das emendas que possivelmente eu queria fazer, mas extrapolava os 100 mil e não fiz, fulano queria fazer, mas extrapolava os 100 mil e não fez. É o seguinte, gente, o prefeito, ele tem, constitucionalmente também, 10% (dez porcento) de movimentação do orçamento. Então, esses 200 mil, se ele realmente gostaria e quer cumprir com a lei já nesse primeiro ano, ele pode fazer remanejamento desses 200 mil, possíveis

recursos que possa atender esse estudo, e atender o estudo. Mas se ele acha que o orçamento caiu, diminuiu, ele não consegue fazer, ele pode, como foi colocado na lei de 2 anos, ele pode cumprir no ano seguinte. Então, a gente tem que tomar muito cuidado com relação às emendas, por quê? Se você parar para analisar, foi feito aqui, uma colcha de retalho, a gente picou o orçamento, retalhou o orçamento, se você for mais a fundo, é, realmente, intervenção direta no Executivo, por quê? Isso daí foi feito estudo, isso aí veio para nós baseado, realmente, nas necessidades básicas que o município tem para cumprir. Não foi feito a toa, assim 'não, vou jogar 100 mil ali, 200 mil ali, vou fazer isso, vou fazer aquilo'. Realmente, foi em cima de estudo de cada pasta, então, o que que eu vejo, nesse momento: a gente está em um impasse, todos nós... Gostaria de um aparte, vereador? Pode falar." – **Aparte vereador Wandi Augusto Rodrigues** – "Só por uma questão de contribuição ao seu discurso, realmente, o orçamento foi apresentado em 30 de setembro, e o plano municipal foi votado no dia 4, só que eu quero lembrar que a reunião que a gente fez, do acordo, foi no dia 26, foi antes da apresentação do orçamento, ou seja, o acordo foi feito antes dele apresentar o orçamento nessa Casa. Então, daria, sim, tempo de ele ter observado esse nosso acordo." – **Continuou o orador –** "Sim, agradeço pela contribuição, mas diante da minha argumentação, pode ser que ele realmente pensou: 'esse primeiro ano não tenho condições de fazer, diante das dificuldades que pode vir pela frente, então vamos deixar para 2023', pode ser que seja isso a questão que ele não colocou no orçamento. Mas enfim, olha, gente, em relação a tudo isso que está aqui, todas as emendas, eu fiz questão de anotar algumas emendas que a gente sabia que seriam as mais discutíveis, em relação a extrapolar os 100 mil de acordo. Estou analisando um por um, a gente vê as necessidades, a gente vê a argumentação do vereador que apresentou a emenda, vê a argumentação dos outros vereadores que estão em cima dessa discussão, a gente sabe que o prefeito não tem a obrigatoriedade de cumprir essa emenda, a gente sabe que ele tem esses 10% (dez porcento) que ele pode movimentar, então eu fico preocupado, realmente, se isso... Porque a gente sabe que o prefeito, ele chega no final do ano dentro do limite dos 10% (dez por cento), porque se for pra ele mandar tudo para a Casa, demora tempo, e talvez não dê tempo dele pagar o fornecedor, o prestador de serviços, então, normalmente ele faz dentro desses 10% (dez porcento) que é constitucional do prefeito fazer. Analiso, como um todo, analiso as necessidades de cada emenda, é um momento diferenciado que nós estamos vivendo nesse

ano, deste acordo, sendo que nenhuma outra Gestão teve, realmente, um acordo de cumprir. Eu fiz emenda no governo anterior, se eu falar que não cumpriu, estou mentindo, foi cumprido, uma emenda de R$ 3 mil (três mil reais), que era para compra de livros da biblioteca municipal, atualização do acervo. Aconteceu. Não aconteceu como um todo, de 3 mil, mas aconteceu algo em torno de 1.500, então, foi atendido. Também tive emendas para a AEUJPI que não chegou a concretizar, porque não é obrigatório, então, eu vejo que se ele realmente quiser, ele vai cumprir, e aqueles que ele não quiser, ele não vai cumprir, que está fora, possivelmente deste acordo. E gostaria, também, de deixar bem frisado, essas emendas, não são encaminhadas para o vereador, não é 'dar o dinheiro para o vereador', para que se evite polêmica, para sair lá fora que foi feito dinheiro público para vereador, não. É dentro da própria prefeitura, você tira de um setor e coloca no outro. Nós criamos dinheiro, a prefeitura não cria dinheiro, ela somente gerencia os recursos públicos, o pagamento dos impostos da população. Encerrou o meu tempo, presidente? Mas então, é dentro disso que eu gostaria de encerrar, eu vou votar favorável todas as emendas como estão aqui, dentro desse pensamento, da possibilidade das movimentações, mas a gente sabe da dificuldade que isso vai ter. Obrigado." – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-la, a emenda nº 7 foi colocada em primeira votação – **Aprovada pela maioria (10x3)**. Em seguida, a emenda nº 8 foi colocada em primeira discussão – **Vereador Adilsom Castanho (1) –** "Mais uma vez peço dispensa das formalidades, digo que a essa emenda sou favorável, votarei favorável, não consegui arredondar o valor pela forma que foi distribuída a emenda, então, votarei favorável em 130 para poder arredondar, porque a primeira emenda que é questão de equipamentos, para o pessoal que está aí na linha de frente, relacionado a defender o ambiente, acho muito justo, e essa emenda, eu vou votar favorável." – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-la, a emenda nº 8 foi colocada em primeira votação – **Aprovada pela maioria (12x1)**. Em seguida, a emenda nº 9 foi colocada em primeira discussão - **Vereador Alex Pinheiro da Silva (1) –** "Peço licença para tirar a máscara, Presidente. Senhor Presidente, nobres vereadores, vereadoras, população presente, funcionários dessa Casa, aqueles nos acompanhem pelas redes sociais, meu boa noite a todos. Consideramos que essa emenda de 50 mil vai ser para cuidar da saúde da mulher: da sua esposa, da sua filha, da sua neta, da sua sobrinha, da sua avó, da sua tia e da sua prima. Sabemos que todo esse recurso, que vai ser destinado, no valor de 50 mil, será um

benefício muito grande para essas mulheres lutadoras, que precisam de exames preventivos para o câncer de mama. Não devemos admitir que no nosso município aconteça o que atualmente acontece e muitas vezes tem acontecido: vem aquele caminhão do câncer de mama, mas não atinge todas as mulheres. Esse meu objetivo é que com esses 50 mil, possa alcançar o máximo de mulheres para estar cuidando dessa doença tão terrível, que tem destruído muitas famílias. Mês passado, eu perdi a minha tia, então vou lutar, junto ao prefeito, para que essa emenda seja cumprida e traga um alento aí para essas mulheres que possam se cuidar. E só quem passa por esse momento de doença do câncer é que sabe a necessidade que precisa. E quero aqui ressaltar, também, se caso o prefeito não cumprir esses 50 mil, já temos 100 mil indicados para esse projeto para que as mulheres, a partir de 2021, possam ter a sua garantia de exames garantido contra o câncer de mama. Obrigado, Presidente." – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-la, a emenda nº 9 foi colocada em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)**. Em seguida, a emenda nº 10 foi colocada em primeira discussão – **Vereador Alex Pinheiro da Silva (1) –** "Quero aqui, ressaltar, essa emenda de 50 mil será destinada aos bairros que estão precisando iluminação pública. Tenho aqui, várias indicações, nessa Casa desde o mandato passado para cumprir esse benefício para essas pessoas. Então, quero aqui aproveitar essa oportunidade de beneficiar essas pessoas com iluminação pública. Sabemos que iluminação pública é segurança e estarei indicando a essas indicações já feita por essa Casa, através de minha autoria, para estar atendendo esses bairros com iluminação pública. Quero aqui ressaltar, também, e trabalhar com a verdade, que a iluminação pública será feita quando você tem a extensão correta no seu bairro, então, vale lembrar que precisamos fazer um estudo no seu bairro para que a iluminação pública chegue a você, tá bom? Então, vamos estar trabalho com esses 50 mil para que possa atingir a você, munícipe. E quero, aqui, ressaltar, também, aqueles que ainda não me procuraram podem estar me procurando, tanto na rede social, como no WhatsApp que estarei fazendo a sua indicação e à medida do possível, atender você. Obrigado Presidente." – Continuou em discussão – **Vereador Adilsom Castanho (2)** – "Peço dispensa das formalidades mais uma vez. Quero falar em relação a essa emenda, porque eu vi aí que tem várias emendas nesse sentido da iluminação pública. Também andei pesquisando, a respeito de quanto custa um braço com lâmpada, com tudo, enfim, é algo próximo de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Para se colocar um bico de luz, custa

algo próximo de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Vale ressaltar que isso, esse preço é onde existe rede rebaixada, não significa que tem rede elétrica e é possível se colocar a iluminação pública, porque necessita que tenha rede rebaixada para que possa fazer essa instalação, e se for pensar nesse sentido, o valor ainda aumenta, e muito. Eu acho muito oportuno o que o nobre vereador falou aqui, que fique bem claro: iluminação pública é onde existe, no mínimo, projeto de regularização, não, uma distribuição aleatória. Todo empreendedor, todo empreendimento, dentro do nosso município, legal, tem que deixar dotado água, esgoto, pavimentação e iluminação pública. E os últimos, adotou-se um modelo ainda diferente, que é o modelo de lâmpadas econômicas. Mandato do ex-prefeito Tadeu, ele pedia, conversava com que os empreendimentos tivessem, ali, nos braços de luminária, uma lâmpada econômica, um modelo onde diminuísse o consumo de energia. Falo porque eu participei de três empreendimentos no decorrer desse tempo, e os três foram dotados desse sistema, então, não é justo que o empreendedor sério, que tem intenção de fazer com que nossa cidade cresça ordenadamente sofra uma concorrência desleal, Falo concorrência desleal, dessas pessoas que vêm dentro do nosso município, compram terreno, abre duas, três, ruas, pica, vende, vira a costa e larga nós com o problema. Aí a pessoa vai lá morar, não tem iluminação pública, não está tendo água, entrega era de 10 dias, uma semana, já virou 30 dias, já não está vencendo, e o problema vem aí se estendendo. E tem alguns pontos dentro da nossa zona urbana, que se cobra a taxa de iluminação pública e não tem iluminação pública, tem mais esse problema ainda, mas sou favorável, parabéns pela emenda, nobre vereador." – **Aparte vereador Nelson Prestes de Oliveira** – "Me parece que na Gestão passada, a necessidade de iluminação pública era que 500 a 600 bicos de luz. Então já foi feito esse levantamento, então como é que vai fazer? Ainda onde está rebaixado, se for mexer, igual o senhor falou, aí, Presidente, de rebaixar isso daí, então, é terrível," – **Continuou o orador –** "Muito obrigado pela contribuição. É um dado muito importante que a ente tem. Por aí a gente vê onde vai parar a necessidade de iluminação pública. Muito obrigado." – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-la, a emenda nº 10 foi colocada em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)**. Em seguida, a emenda nº 11 foi colocada em primeira discussão – **Vereador Adilsom Castanho (1) -** "Também peço dispensa das formalidades, vou direto ao assunto. O motivo dessa minha emenda é no sentido de que possamos dar pelo menos um ponta pé inicial em se tratando de

sinalização nas nossas estradas. É comum nós apresentarmos projeto de lei denominando ruas, vicinais e assim por diante. Acontece que tem rua que eu denominei no mandato passado, no meu segundo mandato e até hoje não tem placa. Falar que esse valor vai atender todas? Não vai. Essa Casa já aprovou inúmeras ruas, e vai aprovar nomes de ruas e vai aprovar ainda mais. Mas a intenção do projeto é que surja uma parceria entre empresas, nós, poder público e, principalmente os órgãos relacionados ao meio ambiente. Porque em uma só placa dá pra você ter aí duas, três informações." – **Aparte vereador Caio Cezar da Silva Martori –** "Gostaria de parabenizar o nobre pela indicação, e dizer que eu fiz uma indicação formal aqui nessa Casa, para que sejam implantadas placas de sinalização das escolas do município nos bairros. Porque a escola é um ponto central do bairro em que os fornecedores, por exemplo, de merenda, de outros materiais que a escola adquire, os pais que vem para transferências, eles precisam localizar a escola e a gente tem uma tradição de indicar 'a escola fica ali', todo mundo no bairro conhece, mas a gente tem que profissionalizar, colocar as placas. E para finalizar, o município que tem intenção de ser instância turística, precisa ter sinalização para o turista, então, vem muito a calhar, eu espero que o governo municipal invista nisso nos próximos anos. Obrigado." – **Continuou o orador –** "Eu que agradeço a contribuição nobre vereador. E é isso mesmo, né? Temos inúmeras formas de fazer, a gente sabe que o orçamento é curto, enfim. Mas se existir a boa vontade, a gente consegue atingir. E a intenção da emenda, o nobre vereador já adiantou, é exatamente essa questão turística do nosso município. Ninguém sabe para onde vai, né? Somente os lugares mais movimentados que ficam conhecidos através de rede social e tudo mais, e quem indica e fala, enfim. Mas tem alguns que sofrem com isso, ele atende um público local ali, de alguns quilômetros da proximidade dele, mas quem vem de fora muitas das vezes não consegue chegar. Então, a intenção da emenda é nesse sentido. – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-la, a emenda nº 11 foi colocada em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)**. Em seguida, a emenda nº 12 foi colocada em primeira discussão – **Vereador Adilsom Castanho (1) –** "Mais uma vez peço licença das formalidades, peço o apoio dos nobres pares no sentido dessa emenda. Falar do nosso Rio Pirapora é até redundância, né? Todos nessa Casa... É unânime a preocupação de todos com o Rio Pirapora, e de toda nossa população, enfim. Vivemos momentos muito difíceis, em se tratando de meio ambiente. Como eu disse, fomos limitados a um valor, eu procurei dividir esse valor e fiz

questão de colocar 25 mil para a recuperação das nascentes do Rio Pirapora. A gente tem costume de falar Rio Pirapora a gente pensa só lá na cabeceira, mas não é não, até ele sair do nosso município, existe muitas nascentes, muitas nascentes. Eu falo, porque faz parte do meu trabalho, sou corretor de imóveis, mexo com empreendimento, então a gente sabe. E muitas delas estão aí esquecidas. Eu sei que o 25 mil não é suficiente para resolver o problema, mas ele é, no mínimo, suficiente para orientar, para fazer um trabalho de orientação com a nossa população, que se não entender, de uma vez por todas, que o Rio Pirapora está morrendo a cada dia, nós teremos um grande problema. Prova disso, que o nosso município foi matéria da TV Tem. Esses dias atrás, esteve aqui, o promotor do GAEMA, que está à frente dessa discussão. Fiquei muito feliz, acompanhei o dia todo, levei conhecer, andamos, mostrei tudo o que eu podia. Trata-se de um promotor, mas ele demonstrou querer ser parceiro nas necessidades de recuperação, e isso, para nós, é muito importante. Eu conversei com ele, e ali, eu prometi que faria essa emenda ao orçamento, para que fosse, pelo menos, o mínimo. Estava o prefeito de Araçoiaba que sofre com esse problema, e representante de Salto de Pirapora também. Por quê? São os rios que abastecem Salto de Pirapora e Araçoiaba, o nosso Rio Pirapora e o Rio Sarapuí. Se para nós está difícil, imagine para eles. Então, existe a intenção desses três municípios, Piedade, Araçoiaba e Salto de Pirapora se unir, e isso depende de projeto de lei e tudo mais, para a gente fazer, sim, verdadeiramente, um trabalho de recuperação. E nós temos que pedir para os municípios vizinhos, nós não temos dinheiro. Prova disso é que é uma emenda que se eu tivesse condições, e pelo que eu sei da necessidade, se eu pudesse, e o prefeito tivesse condições de cumprir, eu faria 2 milhões, 5 milhões, se eu pudesse, porque eu sei que não é da noite para o dia. Se você pensar em duas máquinas, que ainda é pouco, já passa de um investimento de R$ 1 milhão (um milhão de reais). Mapear tudo isso, replantio, desapropriações de quem está em cima do leito do rio, onde vai parar? Mas a gente sabe que não dá. E eu confio que um trabalho de conscientização muda uma sociedade, muda um povo no sentido do meio ambiente. Por quê? O brasileiro, ele aprende, quando ele corre demais, quando chega a multa, e nós já estamos vendo aí, nós vamos aprender de que forma? Na dor? Acabando a nossa água? Se não mudarmos os costumes, ficará muito difícil e como eu falei, ainda bem que um promotor está vindo aqui para ser parceiro. Nunca vi, na minha vida, não é por nada, mas um promotor de botina no pé, mexendo no barro e andando pelo mato o dia inteiro para conhecer a realidade. Ele poderia

estar, muitas das vezes, vindo aqui, que é o que? O que acontece, na maioria das vezes, aplicando a lei, exigindo outorga d'água e inúmeras coisas, não fez. Então, a intenção dessa emenda é, pelo menos, mostrar que nós estamos querendo arrumar soluções, e precisamos de ajuda. É isso, muito obrigado." – Continuou em discussão – **Vereador Nelson Prestes de Oliveira (2) –** "Senhor Presidente, nobres colegas vereadores, o senhor bateu numa tecla que vem há anos lutando. Eu acredito o seguinte, que enquanto esse pessoal estiver ali, de olho fechado, mais preocupado em ganhar o seu salário e não tomar uma atitude, já esses dias atrás aqui, eu estava até conversando com a vereadora Vicentina, o Ney e o Wandi, aqui no gabinete dele. Gente, tem recurso para fazer tudo esse tipo de coisa. Obviamente que, diz-se que é pouco, mas não é pouco, não, 25 mil vai ajudar muito. Se esse dinheiro vir, mas precisa de muito dinheiro, e eu fiquei mais contente, agora, de saber que o pessoal, agora tá ardendo do lado deles, porque até agora, nunca veio esse pessoal lá de baixo, dizer 'pessoal aqui de Piedade, vocês estão precisando de ajuda aqui na nascente aí? Para dar uma mão?' Até hoje, não vi ninguém, agora que o Presidente está falando que já tem promotor no meio, já tem o pessoal já está vindo, porque a coisa já está ardendo pro lado deles lá, e isso daí é bom. É bom, porque eles vêm que não é brincadeira. Nós temos aqui, para cuidar, 860 nascentes de água, em cima aqui no Rio Pirapora, que está acabando com tudo, acabando água e acabando e vamos passar muita necessidade. E tem uma emenda aí, que eu acho que é do vereador Wandi, que diz furar poço artesiano, esse daí vai ser complicado, porque vai chegar uma época que nem poço artesiano vai poder furar. Já tem um 'bafafa' por aí que para você furar um poço artesiano, você vai ter que pedir ordem, não sei. Olha, vai ser complicado, então, gente, vai ter que outorgar da d'água, né? Então, gente, eu acho que a melhor coisa que tem, é esse pessoal da Casa da Agricultura correr atrás de Governador de Estado, até Federal, porque tem verba suficiente, porque eu sei que no estado de Minas já tem, e aqui em São Paulo já tem. Então, tem que sair daí da Casa da Agricultura, e correr atrás dessa verba para acudir esse Rio Pirapora, porque, gente, eu acho que a gente falar, nós já estamos cansados de falar, não vai, eu acho que olha... Só se caso o pessoal resolver trabalhar, porque até agora, faz... Já vem vindo, já não é dessa gestão passada, da outra gestão. E tem, vão lá, mexe, fala com o produtor um pouquinho, e largam mão. Então, não adianta, nós temos que bater em cima disso daí, viu, Presidente? Temos que bater em cima disso daí, até esse pessoal acordar e ver o que que está acontecendo. Obrigado, Presidente." – Continuou em discussão – Como

não houve mais vereadores para discuti-la, a emenda nº 12 foi colocada em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)**. Em seguida, a emenda nº 13 foi colocada em primeira discussão – **Vereador Adilsom Castanho (1)** – "Peço, mais uma vez, dispensa das formalidades. E a título só de esclarecimento, porque tinha uma dúvida aqui, do nobre vereador Ney, e até mesmo questionado por pessoas lá do bairro da Bateia de Baixo, achando que ia anular parte do campo, ou o campo para fazer o playground. Jamais, a intenção da emenda não é essa. A intenção da emenda, é que exista um playground naquela região. Por quê? Porque é um bairro muito populoso e muito distante do centro da cidade. – **Aparte vereador Valdinei Aparecido Mariano Franco –** "Presidente, posso só reforçar isso aí, então? Na verdade, é essa preocupação que o pessoal do time do Bateia de Baixo tinha, eles entenderam que esse playground seria feito na metade do campo. Ou seja, aí acabaria com o campo de futebol deles. Até achei estranho, por isso falei que ia perguntar, para esclarecer, mas seria próximo ao campo, né?" – **Continuou o orador –** "Na verdade, obrigado, e não sou nem eu, né? A intenção é que faça. E, jamais, como é que você tira um aparelho que existe já, para colocar outro? Não tem nem cabimento. O bairro é grande, impossível que a gente não arrume um espaço lá para colocar, e a gente sabe da dificuldade, do número de crianças, enfim, que tem naquele bairro, e não tem nada para uma criança brincar, não tem um aparelho, também, para um adulto, para um ginástica, para nada, é tudo muito distante, então, o porquê da escolha e indicação dessa emenda. Obrigado." – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-la, a emenda nº 13 foi colocada em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)**. Em seguida, a emenda nº 14 foi colocada em primeira discussão – **Vereador Adilsom Castanho (1) –** "Mais uma vez, peço dispensa das formalidades, eu sei que é cansativo, mas a gente tem que, no mínimo, justificar a intenção da emenda a qual a gente aponta. Conversei com o Caio, a respeito dessa possibilidade. Apresentei R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), de emenda no sentido da castração e do controle de cães e gatos no nosso município. É um problema muito sério, uma dificuldade muito grande, o aumento diário da população canina, principalmente no nosso município. A gente sabe, na rua da minha casa, eu cheguei a contar, em uma noite, que tinha uma gata que estava no cio, 9 gatos, impossível que esses gatos tenham donos, e vem aumentando aqui, nas proximidades da Câmara. A gente vê o número de animais na rua também, infelizmente, importa se alguns também, que, não falando mal, em momento nenhum, os andarilhos, as

pessoas que vivem em situação de rua, algumas vezes, eles trazem esses animais, acompanham ele, e a gente vê a grande dificuldade. Eu sei que o prefeito já está fazendo alguma coisa nesse sentido, se eu não me engano, está contratando aí, um ônibus móvel para fazer essa castração, mas a gente sabe que se a gente trabalhar esses 4 anos nesse sentido, a gente vai ajudar, mas ainda não soluciona o problema, né? Então, peço o apoio dos nobres pares a essa emenda." – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-la, a emenda nº 14 foi colocada em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)**. Em seguida, a emenda nº 15 foi colocada em primeira discussão – **Vereador Mauro Vieira Machado (1) –** "Peço dispensa do cumprimento regimental. Essa emenda de R$ 100.000,00 (cem mil reais), por que foi feita? Por que eu fiz? Gente, por dois mandatos, até agora, não foi ampliado nenhuma lâmpada a mais. Nenhum ponto de iluminação pública. E no mandato passado, a gente sofreu bastante com esses pedidos de munícipes. E pontos, teoricamente, fáceis de colocar, onde a energia está rebaixada, é somente colocar luminária. E diante do custo alto desses equipamentos, eu fiz de 100 mil. O Presidente ilustrou a questão que uma luminária custa 2,5, eu cheguei a pesquisar, eu vi um pouco mais abaixo, mas algo em torno de R$ 2.000,00 (dois mil reais). Mas eu gostaria de ilustrar um pouco a mais como é caro essa questão. Eu falo isso com experiência própria, eu fui instalar um padrão trifásico, fiz o pedido para análise da rede, em um ponto, onde já existe o 220, em frente à minha casa, custava R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) para pagamento, olha o absurdo. E daí em outro ponto do terreno, também, que passa, já, a rede trifásica, era somente um poste e um transformador, custava R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), ou seja, não consegui colocar, porque é altíssimo, não tenho as condições financeiras pessoais para colocar. Então, diante disso que eu fiz esse valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), eu sei, realmente, do valor caro que é, e esses R$ 100.000,00 (cem mil reais), infelizmente, não vai solucionar o problema. A gente sabe de diversos pontos que seja colocado, vários vereadores aqui fizeram indicação nesse sentido, mas a gente sabe que ainda é deficitário. E o que leva a gente a fazer isso com mais ênfase, e brigar mais por iluminação pública? A gente sabe das pessoas que pagam iluminação pública, e não tem, nem se quer, próximo da casa. Isso que é o mais triste, isso que é revoltante. Então, o que que a gente quer fazer? É garantir, realmente, esse direito de ele ter uma iluminação próxima, uma iluminação que dê mais segurança, uma iluminação que traga um ambiente seguro para ele e seus familiares, e à população do bairro. A gente

sabe que onde há ponto escuro, há criminalidade, a chance de criminalidade aumenta, então, a gente coloca essa emenda para que seja feito a iluminação, para gente tentar trazer mais segurança para a população. Obrigado." – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-la, a emenda nº 15 foi colocada em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)**. Em seguida, a emenda nº 16 foi colocada em primeira discussão – **Vereadora Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva (1) –** "Senhor Presidente, peço dispensa das formalidades. O objetivo dessa emenda é exatamente o que foi descrito. Fortalecer esse projeto de dar ao ensino médio, ETEC, ensino profissionalizante, escola técnica um ambiente propício para aprendizagem. Porque quem conhece o prédio onde vem, já, há longos tempos instalado, lá no nosso chamado "ceasinha', não dá para acreditar. Não dá para acreditar que os nossos alunos transitem no meio de pessoas, muitas vezes, estranhas, que vem de outros municípios para estarem ali, trabalhando, mas ali não é um local para uma escola. E existe um projeto, do nosso prefeito municipal, que é trazer a escola técnica para ser adaptada aqui, no antigo Torre Hotel. Sabemos que muitas pessoas procuraram esse investimento, o nosso ex-prefeito Geremias doou o terreno, o projeto foi feito, a meu ver, foi feito pelo Centro Paula Souza, e acabou não acontecendo, mas nem por isso, a gente pode deixar aquela escola ficar do jeito que está. Por isso, também, para estarmos colaborando, sabemos que 100 mil não resolve o problema total, mas nós reconhecemos o empenho da atual Gestão em oferecer um ambiente muito mais propício à qualidade de ensino para essa escola. E foi por isso, aqui, a minha intenção, e peço a colaboração de todos os nossos nobres pares para estarem, também, reconhecendo a necessidade de oferecer a esses alunos uma estrutura física de qualidade. Obrigada, senhor Presidente. – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-la, a emenda nº 16 foi colocada em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)**. Em seguida, a emenda nº 17 foi colocada em primeira discussão –Como não houve vereadores para discuti-la, a emenda nº 17 foi colocada em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)**. Em seguida, a emenda nº 18 foi colocada em primeira discussão – **Vereador Caio Cezar da Silva Martori (1) -** "Peço dispensa das formalidades regimentais, pois já fiz o uso da tribuna na sessão de hoje. Sintomático que a primeira discussão da minha primeira emenda seja justamente essa, do transporte universitário. Por que que eu digo isso? Porque nós recebemos aqui, o projeto de lei do orçamento de 2022, e analisamos praticamente item a item. Nós fizemos uma audiência

pública, em que o Executivo trouxe o seu staff para tirar as nossas dúvidas, e aqui, eu quero frisar que isso é muito importante, a audiência pública, ela é feita para não só para tirar as dúvidas, mas para que a gente possa contribuir com a construção desse orçamento. Como bem foi dito aqui, o orçamento público, ele é feito por lei, que tem que ser discutida e aprovada nessa Casa pelos vereadores, que tem que ter a audiência pública, para que a população, inclusive, possa opinar sobre isso, porque é dinheiro público, é dinheiro de impostos de todos nós. Sendo dinheiro público, ele tem que ser discutido e a sociedade tem que opinar. Prefeito não é dono absoluto do orçamento, embora ele seja Poder Executivo, quem tem a função primordial de executar o dinheiro dos munícipes, ele não é absoluto. Se não, não existia audiência pública, se não, o orçamento era feito por decreto. Ele é feito, repito, por projeto de lei, com obrigatoriedade de audiência pública para ser discutido pela população, e por nós, representantes do povo, eleitos democraticamente pela população para poder contribuir com o desenvolvimento e a execução do orçamento. Nós não somos, pelo menos eu não sou, meros intermediadores do serviço público, nós estamos aqui para contribuir, efetivamente, com a qualidade de vida dos nossos munícipes. E aí, estudando o orçamento, através da audiência pública, através da comissão que eu participo, eu percebi o seguinte: com a experiência que eu tenho de outros anos, também, acompanhado sempre as sessões do legislativo, eu percebi que, de fato, como foi dito aqui exaustivamente, os prefeitos normalmente nunca cumpriram as emendas apontadas pelos vereadores. Ocorre que sempre havia essa discussão com a Secretaria de Finanças, por quê? E a alegação era: os vereadores não indicam a fonte de onde está sendo retirado esse recurso para a emenda que ele está indicando. Falei ‘ok, é justo’, se não tem da onde está sendo retirado, como que o prefeito vai atender essa emenda? Ele precisa saber da onde vem esse dinheiro, porque é muito diferente quando a gente traz, aqui, uma emenda de um parlamentar, do Governo do Estado, do Governo Federal, são recursos externos que vêm aqui para nós. No orçamento municipal, não, é o recurso da prefeitura. Se a gente quer que invista em algum lugar, a gente precisa dizer da onde a gente não concorda que está sendo aplicado, segundo a previsão do prefeito...” – **Aparte vereador Adilsom Castanho –** “Olha, a gente tem que respeitar o trabalho de todos os anos e todas as emendas só é possível fazer se indicar a fonte. Se não indicar a fonte, não existe emenda,” – **Continuou o orador –** “Muito bem, essa era a alegação do departamento financeiro. E eu fui buscar uma forma, justamente, de cumprir esse requisito, eu acho que eu

não fui claro. Eu entendi a sua colocação, e você tem razão, eu acho que eu não fui claro. Quando eu digo que não indicava a fonte de custeio, seria uma fonte de utilização obrigatória, vou especificar aqui. Se você tem um gasto com educação 25%, você não tem como tirar esse percentual reservado, porque é obrigatório o município cumprir esse percentual, é isso que eu estava querendo dizer. Então, se uma somatória de emendas fosse contrária ao que o município tem como meta, como dever constitucional de atender, eles não encontravam, dentro do remanejamento que o prefeito pode fazer, como cumprir isso. Agora, como foi bem dito aqui, existem estimativas, e muitas estimativas, ano a ano, não se concretizam. Por quê? Se reserva um dinheiro, para que se, em caso de necessidade, tem um dinheiro reservado para utilizar, mas essa necessidade, muitas vezes, não surge. Porque é assim, se você não tiver reservado, você tem que mandar um pedido de suplementação aqui para a Câmara, porque você não reservou, você não previu aquele gasto, isso acontece, a gente sabe disso. Mas então, o orçamento é planejado dessa forma, estima-se alguns gastos, a maioria se concretiza, outros não, e aí nessa emenda 18, eu percebi que nós tínhamos, R$ 100.000,00 (cem mil reais) reservados para a conclusão do 'Portal da usininha'. Nós sabemos que aquela obra foi feita com recursos do Governo do Estado de São Paulo, e o município ele tem que também dar uma parte que a gente chama de contrapartida, é obrigatório em todas as verbas que o município recebe recursos externos, então, aquilo foi feito com recurso externo, da Secretaria Estadual de Turismo, por Piedade ser um município de interesse turístico, mas ele não foi concluído, porque o fornecedor se recuou a cumprir integralmente, porque ele alegou que o preço do ferro subiu muito, ele não conseguiria cumprir, então a obra não foi concluída. O município quer concluir porque recebeu recursos do Governo do Estado para isso, é muito justo, é um recurso de fora que veio para incrementar o nosso orçamento. Só que para essa contrapartida que a prefeitura tem a dar, eles reservaram R$ 100.000,00 (cem mil reais), e eu tenho quase certeza que não vai usar, e aliás, eu nem concordo que use esse valor em sua totalidade, porque nós já recebemos para o início da obra, que foi feita, a forma que está lá, e ainda tem mais uma parte do dinheiro do Governo do Estado para ser usado. Então eu retirei, desses 100 mil que são reservados, que na minha opinião, não vão ser usados, e destinei para outro lugar, que é essa emenda 18, que é o benefício do transporte universitário aos estudantes que precisam se deslocar para outra cidade para estudar cursos técnicos ou cursos superiores, porque esse benefício já não é reajustado há muito tempo, e a gente sabe

que ele não cobre as despesas dos estudantes. É por isso que eu fiz essa emenda, retirando de um lugar, que eu tenho quase certeza que não vai ser usado, para um lugar que necessita muito, tá? Então assim, eu peço a aprovação dos nobres pares nessa emenda. Obrigado.” – Continuou em discussão – **Vereador Adilsom Castanho (2) –** “Mais uma vez peço dispensa das formalidades. Quero deixar bem claro para quem nos acompanha e aos nobres pares, que, em momento nenhum, eu sou contrário a essa emenda, sou favorável à emenda, né? Eu acho que é merecida, eu fiz a título de esclarecimento ali, em relação à formatação das emendas, né? A intenção do vereador, ela vem acompanhada, das possibilidades, dentro do orçamento e a primeira é indicar a fonte de onde sairá o recurso. Prova disso que a Marilza nos auxiliou, esta Casa, todos os funcionários trabalharam nesse sentido, auxiliando para que essa emenda fosse construída principalmente indicando a fonte do uso. Na forma que falou, deu a impressão que as outras não tinham fonte. Todas elas têm, esse é o fato. Mas a intenção do meu voto. – **Aparte vereador Mauro Vieira Machado –** “Só por questão de esclarecimento, também, para realmente provar que isso sempre aconteceu, da onde é retirado para onde é suplementado. Porque se você somente suplementar, não se cria dinheiro no orçamento. O orçamento você remaneja, ou seja, o cobertor é curto, você puxa de um lado e descobre outro, essa é a realidade dentro do orçamento. Então, realmente, todas as emendas que eu acompanhei, no mandato passado, e nas outras, sempre teve da onde foi retirado e da onde foi suplementado. Obrigado.” – **Continuou o orador –** “É exatamente isso, né? A gente remaneja, ou seja, tira de um lugar e põe no outro, essa é a grande verdade. E todas elas têm que ser indicada a fonte. As contrapartidas, justificativa a intenção do nobre vereador, ótima, mas é contrapartida, infelizmente, se o município não fizer, as coisas não acontecem. – **Aparte vereador Caio Cezar da Silva Martori –** “É que a contrapartida mínima é 5% (cinco porcento), então, você pode dar apenas 5% (cinco porcento), você não é obrigado a dar mais, então essa é a minha intenção. Se fosse maior, 20, 30, 40% (quarenta porcento), tudo bem, mas é 5% (cinco porcento) só, e eu gostaria que ficasse só no 5% (cinco porcento). Obrigado.” – **Continuou o orador –** “Sim, o gostar é bem longe da nossa realidade, nobre vereador, essa é a grande verdade. Porque não se paralisa uma obra, não se entra em uma dificuldade em uma obra porque está sobrando dinheiro, a gente sabe, é porque está faltando. Tem as obrigações por lei, o que pode, o que não pode, mas a gente sabe, que o grande problema de todas as obras é a falta de recurso, Obrigado.” – Continuou em discussão – **Vereador Wandi**

Augusto Rodrigues (3) – "Boa noite nobres colegas, peço dispensa dos cumprimentos. Eu só queria frisar uma questão que eu acabei não colocando nos meus discursos, e eu ia interromper o nosso nobre colega Caio aqui, para acrescentar, mas eu achei melhor não interromper a lógica dele. Constitucionalmente falando, o artigo 166 e 166-a da nossa Constituição Federal, fala que o Poder Legislativo pode indicar até 1,2% (um vírgula dois porcento) do orçamento do município de forma impositiva, é claro, que mediante regulamentação, Não fizemos essa regulamentação, por isso ainda não é impositivo, mas só para contribuir no debate de que o orçamento não é apenas o prefeito, a Câmara, o Poder Legislativo também ajuda nessa formação desse orçamento. E se nós pegarmos, não pegarmos o orçamento que o nosso prefeito mandou, de 164 milhões, salvo engano, a gente pegar o que efetivamente foi arrecadado esse ano de 140 milhões, nós teríamos, ainda, um saldo, se aprovarmos todas as nossas emendas que estão sendo votadas hoje, de forma impositiva, nós teríamos um saldo positivo de 320 mil, ainda, para indicar. Só para gente ter uma noção do que a gente está fazendo aqui, a gente não está acabando com o orçamento do município, nós não estamos engessando o prefeito, nós estamos atendendo demandas que o orçamento já deveria estar atendendo. Muito obrigado." – Continuou em discussão – **Vereador Mauro Vieira Machado (4) –** "Peço dispensa do cumprimento regimental. Bom, primeiramente, quero parabenizar o vereador, porque realmente existe essa necessidade imensa dentro dessa pasta da educação, desse benefício, auxílio universitário. Eu fiz faculdade, eu lembro que na época era pequeno, lá naquela época de 2008 a 2012, e de lá para cá, esse orçamento simplesmente continuou o mesmo, e tudo subiu. O que foi feito depois, foi uma nova regra, que daquele mesmo valor, você tirava, para aqueles que tinham amis condições, você entregava menos e para aqueles que tinham menos condições, você entregava mais, uma forma mais justa de distribuir o recurso que existia. E de lá para cá, isso não mudou em nada, simplesmente continuou o mesmo valor, e a gente sabe que tudo subiu. Não acompanho mais, não faço faculdade, mas com certeza, a van que eu pagava 160, na época, não é, nunca mais, nem perto disso hoje." – **Aparte vereador Adilsom Castanho –** "A minha está estudando, hoje é 350." – **Continuou o orador –** "Olha a diferença. Então, ou seja, se a gente for comparar, era para ser o dobro, hoje, esse valor, e eu acho que isso é muito válido essa sua colocação, essa emenda para esse ponto específico. E também gostaria de reforçar, mais uma vez, que emenda, realmente, é um direito constitucional do vereador. Se

não fosse não teria essa opção para a gente. Então, a gente tem essa opção, só que a gente tem que fazer todas as emendas baseado na realidade, com uma visão ampla e com responsabilidade, para que isso não fuja das condições de administrar depois. De maneira alguma isso, pelo que eu vejo, vai engessar o prefeito, porque como eu falei, a gente está dentro do limite, digamos assim, mas a gente tem que ter essa cautela, essa prudência e esse cuidado e zelo com o recurso público. Obrigado." – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-la, a emenda nº 18 foi colocada em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)**. Em seguida, a emenda nº 19 foi colocada em primeira discussão – **Vereador Caio Cezar da Silva Martori (1)** – "Peço dispensa, novamente, das formalidades regimentais, para discutir a emenda 19, de minha autoria, para R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para que sejam efetuados programas de castração, além do que a prefeitura já oferece. A prefeitura tem servidores públicos dentro do canil municipal, recebe inscrições para que sejam feitas castrações gratuitas de cães e gatos, é bom frisar isso, mas a gente, como já foi discutido aqui, o nobre Presidente dessa Casa indicou, também, 25 mil para a ampliação desse programa. Essa minha emenda, é para ampliação desse programa, é uma emenda destinada à contratação de pessoa jurídica para que a gente possa ampliar o programa de castração de cães e gatos do município. Além disso, eu também, e outro colegas dessa Casa, estamos em contato constante com deputados para trazer recursos externos para que a gente possa ampliar, ainda mais, as castrações do município. Porque isso, realmente, tem que ser um programa permanente, para que a gente possa diminuir a população de cães e gatos, diminuir essa reprodução, que hoje, encontra-se descontrolada, o município perdeu completamente o controle, infelizmente, da reprodução de cães e gatos, principalmente os errantes, que não têm tutor, que vivem nas ruas, esses são mais difíceis ainda, porque eles precisam ser identificados por alguém, porque eles transitam perto da onde as pessoas moram, precisam ser capturados e é muito difícil. A gente está trabalhando, também, para conseguir recursos para veículos e equipamentos de captura para fazer essas castrações. E muitas pessoas questionam esse trabalho em prol dos animais, e eu tenho sempre que repetir, que cuidar dos animais, que evitar a reprodução desordenada, também é cuidar do ser humano. Porque a gente sabe que os animas são vetores de doenças, os cães e gatos. Os errantes, eles deixam os dejetos deles na rua, e isso pode transmitir doenças, aliás, transmitem doenças. Então, a gente precisa, quando a gente olha para essa questão animal, a gente não

está cuidando só dos animas, nós estamos cuidando das pessoas também. Então é por isso que eu fiz essa indicação, e peço que os nobres aprovem, porque a gente precisa, realmente, ampliar o que é feito, hoje, no município para que a gente possa resolver essa questão. Porque se não, cada ninhada aí de cachorro e de gato, dá entre 6 a 10 filhotes, e esses filhotes crescem, se reproduzem e aí são mais 10 filhotes, então, vira incontrolável. Rapidamente, três ou quatro cachorros de rua, em um curto espaço de tempo, eu digo até antes de uma legislatura, pode se transformar em 100 animais, a partir dessa reprodução descontrolada, então, a gente pode ter uma população... Eu estive em um dos bairros onde foi feito mutirão da prefeitura, e ao dar uma volta no bairro, eu cheguei a ver grupos de 10 a 12 cachorros errantes andando, aí você virava, numa outra rua, mais 3, 4, outra rua, mais 5, ou seja, em uma volta de 3 ou 4 ruas, eu vi 25 cães errantes em um bairro. Então, a gente precisa olhar com cuidado essa questão, ampliar, como foi dito aqui, para que a gente possa controlar. Infelizmente, a gente não vai conseguir resolver isso de forma definitiva, mas se não for ampliado, o problema vai aumentar, e muito. Por isso que eu fiz a indicação dessa emenda, e peço a aprovação de todos os pares. Obrigado.” – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-la, a emenda nº 19 foi colocada em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)**. Em seguida, a emenda nº 20 foi colocada em primeira discussão – **Vereador Caio Cezar da Silva Martori (1) –** “Mais uma vez eu peço dispensa das formalidades regimentais, para discutir essa minha emenda. Foi colocado aqui a questão do acordo em que o prefeito abriu, por liberalidade, a possibilidade de que cada vereador fizesse emendas de até R$ 100.000,00 (cem mil reais), e aí vocês acompanharam aí, que eu coloquei duas emendas de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), uma para o benefício do transporte dos alunos universitários, e R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para a castração, além disso, tem uma terceira emenda minha que é no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) também, que é essa que eu estou discutindo agora. E aí, a discussão começou em relação à tanto eu, como o nobre vereador Wandi, extrapolamos este acordo que foi colocado de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada vereador. Já foi discutido aqui, sobre a nossa prerrogativa de colocar emendas, o prefeito, ele colocou, como bem disse, comum acordo, uma possibilidade que ele abriu, talvez ele tenha feito um cálculo que R$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada vereador seria de bom tamanho. Entretanto, eu resolvi extrapolar esses 100 mil em 50 mil, em razão da primeira emenda, a emenda 18 que eu expliquei anteriormente, eu, especificamente retirei

de uma fonte que eu tenho certeza que não vai ser usada, para o que eu acho importante, que é o benefício universitário. E aí, os 100 mil que o prefeito colocou, eu fiz a indicação em duas coisas que eu acho prioritárias, que é a emenda que eu discuti anteriormente, e essa da educação. Por que essa da educação? Infelizmente, é realidade, que nesse ano, os educadores tiveram falta de material para trabalhar. Embora seja obrigação do prefeito garantir que os educadores tenham esses materiais, como eu citei aqui, folha de sulfite, toner, cartucho de impressora. Eu fiz questão de fazer essa emenda, para que, em hipótese nenhuma, falte como faltou esse ano. Professor precisa ter instrumento de trabalho para desenvolver a rotina pedagógica deles. Se falta esses instrumentos, o trabalho dele fica prejudicado, e as crianças são prejudicadas. É por isso que a gente precisa, infelizmente, insistir no óbvio. Eu não sei qual foi o motivo, mas isso não pode acontecer em 2022, e a gente precisa deixar público a importância disso, e para que se observe e não deixe que isso aconteça em 2022. Como essa terceira emenda extrapola o que o prefeito acordou e que não está em lei, ele não é obrigado nada, porque como foi bem esclarecido aqui, não foi regulamentado, porque a constituição nos garante. Mas como ainda não foi regulamentado, ele não tem essa obrigação legal, mas ele abriu essa possibilidade e eu entendo que vocês viram aqui, alguns vereadores não fizeram a indicação. E eu quero deixar claro aqui, que quando eu fiz essa indicação além dos 100 mil, eu não quero ser melhor que ninguém aqui, porque eu não sou melhor do que ninguém, nós somos todos iguais aqui, nessa Casa. Eu simplesmente quis dar uma contribuição, uma possibilidade a mais do Executivo conseguir gerenciar melhor o orçamento dele, eu quis dar uma contribuição, é uma prerrogativa nossa. Em momento algum, eu quis ser melhor que alguém aqui, jamais, de forma nenhuma.” – **Aparte vereador Nelson Prestes de Oliveira –** “Vereador, o senhor falou aí, que extrapolou um 150 mil, algum aí vai ficar de fora, qual é que o senhor vai deixar de fora. O senhor tem que falar qual é que o senhor vai deixar de fora.” – **Continuou o orador –** “Aí que está o ponto, nobre. Se ele não tem obrigação de cumprir nada. Os 100 mil, como o nobre mesmo colocou aqui, que não fez indicação porque nunca foi cumprido, e o senhor não tem esperança que seja cumprido, ou seja, também foi colocado aqui, pelo nobre vereador Mauro, que é uma possibilidade, é uma previsão, essa previsão de arrecadação pode não concretizar, e aí ele vai ter a justificativa. Porque eu vi muitas pessoas aqui, dizendo ‘eu tenho certeza que vai ser cumprido’, mas se a arrecadação cair, ele tem a justificativa para não cumprir. Então, eu não vou abrir mão de nenhuma delas,

por isso eu não retirei, por isso eu estou colocando para votação. Eu não extrapolei em 150 mil não, eu extrapolei em 50 mil, o total das minhas indicações, é de 150 mil. Então, as previsões orçamentárias podem não se concretizar, mas também podem ser superavitárias, a gente pode ter um aumento de arrecadação, e aí ele vai ter que saber como gastar, e essa é a contribuição que nós estamos dando aqui. Muitas vezes, eu explico a independência do legislativo nos meus posicionamentos, e sou aparteado vez ou outra, como eventualmente estou fugindo do tema. Não, não estou fugindo do tema. Toda vez que a gente tem uma discussão polêmica sobre a prerrogativa do vereador, eu vou defender aqui, a independência do legislativo. Eu defender a independência dos vereadores. Respeito muito o Poder Executivo, acho louvável, mesmo não previsto em lei, que ele tenha aberto essa possibilidade. Isso é ser republicano, isso é contar conosco, representantes do povo também, eu sempre vou frisar isso: nós também fomos eleitos, quem nos colocou aqui foi o povo. Nós somos a voz do povo, e o povo merece ser ouvido, através do nosso posicionamento. E a partir do momento que a gente aceita que o Executivo tenha todas as ações, nós estamos virando as costas para a população que nos elegeu. Nós temos que, sempre, não importa a conjectura, nós temos sempre que lutar pelo povo. Questionando o Executivo, sim, a nossa função é fiscalizar o Executivo, mas a gente também tem a função de contribuir. Volto a frisar aqui, se o orçamento fosse uma prerrogativa exclusiva do Poder Executivo, seria feito por decreto. Não seria discutido nessa Casa de Lei, nem sido feito audiência pública. É por isso que eu insisto: vamos lutar para que seja obrigatório as emendas impositivas. Gente, foi bem frisado aqui, 1,2% (um vírgula dois porcento) do orçamento total. Se nós, em 13 eleitos pelo povo, não pudermos contribuir com 1,2% (um vírgula dois porcento da execução orçamentária, então, qual é o nosso papel aqui? Dizer ‘amém’ para tudo? Não. Eu não vou dizer ‘amém’ para tudo, nós vamos conversar, dialogar e ver o que é melhor para o povo. Ninguém vai impor nada, mas nós precisamos mostrar para a população que nós estamos defendendo a população, indo, inclusive, contra convenções, de maneira respeitosa, mas técnica, contribuindo com o orçamento. Peço a aprovação de mais essa minha emenda. Obrigado.” – Continuou em discussão – **Vereador Adilsom Castanho (2) –** “Mais uma vez peço dispensa das formalidades. Serei contrário a essa emenda, porque já e uma grande obrigação do município fazer isso. Isso já está previsto em lei, visto e revisto. Também, não defendo, em momento nenhum, nessa tribuna, que nós temos que ser a vontade do prefeito. Muito pelo

contrário. Eu provo pelos requerimentos que estão nessa Casa. Quem mais fez requerimento, eu sempre cobrei, gestão da Maria Vicentina, mesma forma, eu nunca disse 'amém' ao prefeito, não estou aqui para isso, e não é isso que eu vim fazer. Eu defendo 'nós', como um todo. Quando eu falei que foi combinado, foi tratado 100 mil, independente, se é 1,2, se não é, por enquanto não existe lei. Se não existe lei, nós estamos discutindo o que? Vamos por em lei, vamos aprovar, aí, tudo bem. Do contrário, eu defendi a igualdade de todos, que eu acho que é o meu grande papel aqui, como Presidente da Casa, e é o que eu procuro fazer sempre. Em se tratando dessa emenda, específica, é mais do que obrigação do prefeito fazer, do gestor da educação fazer. A gente sabe, vivemos um ano de pandemia, um ano difícil, o prefeito atual está trabalhando com o orçamento da gestão passada, tinha lá ata de registro de preço, ninguém sabe. Não fizeram? Falharam? Falharam. Um ano totalmente atípico em se tratando da educação. Quem sabia quando voltava a aula? Ou não voltava? Aqui não estamos criticando, mas teve muitos posicionamentos nessa Casa, que não era pra voltar a aula, daí compraria um monte de cartucho, um monte de papel, para que, se não voltasse? Não pode faltar? Não pode faltar. Falei pro prefeito e vou repetir nessa tribuna. O ano que vem, eu vou cobrar ele, sim, do gasto com a educação, porque é a pasta mais rica dentro do município. Lá não se pode faltar nada, porque é a pasta que mais tem dinheiro. Tem que ter o que? Tem que ter gerência, e o próximo ano, é nós que estamos aprovando, e é nós que vamos cobrar, nós que vamos exigir. Essa emenda, não vou votar. Por quê? Porque, para mi, é obrigação, sim, é o mínimo. Na época do mimeógrafo não podia faltar o álcool, e o mimeógrafo, e assim por diante, agora, como é que vai faltar sulfite e tinta de impressora? Daí não se trabalha. Esse é o mínimo que um prefeito tem que fazer, o mínimo. Zelar pelo dinheiro da educação, porque dinheiro na educação nunca foi problema. O senhor sabe disso, nobre vereador foi Secretário por duas gestões, passou na pasta, o senhor sabe. E vamos admitir. Será que na gestão do senhor nunca faltou alguma coisa? Um álcool. Alguma coisa? Pode ser que faltou, então, o que que acontece? Nós, aqui, nós temos situações e situações. A pasta é uma pasta volumosa. Houve algum erro? Faltou alguma coisa, mas eu fui ver 'in loco', e já tem ata de registro. Então, as coisas já estão caminhando para o próximo ano. E é o motivo de eu não votar favorável à emenda, porque vai acontecer, e vai ter a tinta da impressora, vai ter sulfite." – **Aparte vereador Nelson Prestes de Oliveira –** "Senhor Presidente, deixa eu só fazer um questionamento. A gente sabe que é muito problemático esse negócio aí. A gente sabe que

todo ano, é o mesmo problema. A Câmara tem direito de receber 4,5% (quatro e meio porcento) do orçamento, anual. Pelo que a gente sabe, é que a gente não recebe nem 3% (três porcento), acho que 2,5% (dois e meio porcento) que a gente recebe. Então o que que seria, muito mais fácil de tudo esses problemas? E eu vou falar para vocês, é você receber esse dinheiro integral, e você tem, a Câmara tem o direito. E pegar esse dinheiro e falar 'olha prefeito, nós vamos devolver isso de dinheiro, mas nós queremos esse dinheiro para a gente dar para as entidades, e o que seja. Porque aí, só assim, a gente consegue amarrar, e pegar o dinheiro. Se não, a gente fica aqui, olha... É uma pena. Obrigado." – **Continuou o orador –** "Eu que agradeço. Na verdade, foi exatamente isso que aconteceu. Só para... Foi exatamente isso que aconteceu. Enxuguei o máximo que pude no orçamento para devolver e a gente ter essa contrapartida para poder fazer 100 mil de emenda para cada um." – **Aparte vereador Wandi Augusto Rodrigues –** "Só uma contribuição. Realmente, a gente não sabia quando as aulas iriam voltar, mas é bom contribuir, que as apostilas foram feitas nesse período sem aula, e muito das apostilas foram os professores que bancaram do próprio bolso. Tanto que houve até questionamento, porque a apostila das crianças da pré-escola e dos primeiros anos estavam indo em preto branco, não tinha exercício lúdico, etc. e tal, nesse talão de atividade, e muitos professores, além de pagar a impressão, tinham que pagar a impressão colorida, então, essa falta de folha e de tinta foi muito determinante nesse período mesmo que a gente não tivesse tendo aula presencial." – **Continuou o orador –** "Sim, eu não estou dando razão a ninguém. Professor pagar por esse tipo de material, isso não existe. O salário já é defasado, e ainda pagar por esse material não existe. Mas o que que nós temos que fazer, como nós fizemos, eu, Maria Vicentina, e mais alguns vereadores, nós cobramos muito, pressionamos a Maria, na gestão dela, relacionado a esse tipo de material, porque não? E a gente sabe que a pasta foi conturbada. É o que eu estou falando. Aconteceu, acontece, não é o certo, mas o que que nós temos que fazer, bater em cima, pressionar. É isso, a intenção é nobre, mas a obrigação é do Poder Executivo, relacionado a esse tipo de material aos professores." – **Aparte vereadora Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva –** "Só para corroborar o que você está falando. Exatamente, é um material básico, e será que é questão da pandemia, nós não estamos avaliando a questão da imprevisibilidade. Não dava para prever. Será que não foi utilizado muito mais papel e tinta exatamente pela exigência desse tipo de material que foi encaminhado, do que uma atividade dentro de uma sala de aula? Eu estou tratando sempre

na possibilidade. Por isso que eu também acho que não dá para admitir que uma educação que tem dinheiro não tenha esse tipo de material.” – **Continuou o orador –** “Agradeço muito a contribuição. Fala com muito conhecimento, é doutora no assunto, e eu estou aqui tentando explicar os porquês do meu posicionamento, mas a tese que eu mais eu defendi, é a igualdade no valor das emendas para todos nós. Obrigado.” – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-la, a emenda nº 20 foi colocada em primeira votação – Aprovada por unanimidade (13x0**)**. Em seguida, a emenda nº 21 foi colocada em primeira discussão – Como não houve vereadores para discuti-la, a emenda nº 21 foi colocada em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)**. Em seguida, a emenda nº 22 foi colocada em primeira discussão – **Vereador José Anésio Xavier Lemes (1) –** “Peço licença para tirar a máscara. Queria cumprimentar o Senhor Presidente, a Mesa, nobres vereadores, vereadora Chuca, Maria Vicentina, vocês que nos acompanham, e os funcionários dessa Casa. Bom, eu deixei para discutir a emenda 22, falar um pouco, e observar todas as emendas que foram colocadas nessa Casa aqui, eu acho que os vereadores... As demandas são grandes. São grandes as demandas. Eu não coloquei emenda, viu, Nelson? Também não apresentei emenda. Por quê? Mas eu respeito todos os vereadores que colocaram as emendas aqui. Eu acho que é de extrema importância. Tem todo o meu respeito, viu, presidente? Porque, dentro do orçamento, de 168 milhões 430 mil, como foi colocado aqui, é uma estimativa, seria bom se chegasse nesse valor, não é mesmo? Mas a gente também, não é ser pessimista, mas sempre vem faltando, como o vereador Mauro apontou aqui. A gente sabe que isso é uma demanda muito grande para o prefeito estar aplicando os recursos. Mas eu, o que acontece? Eu busco uma forma de trabalho, com emenda parlamentar. Eu trabalho com emenda parlamentar, que todos também, os nobres, também vem buscando essa forma. Esse tipo de emenda, eu busco emenda para saúde, também emenda para pavimentação, que está nos trâmites, amanhã, foi avisado que tem um recurso também de 100 mil, do nosso deputado, para a agricultura, enfim. Fui, através de um ofício. Uma emenda, estado, de 250 mil para iluminação pública, que também, esse eu levei um ofício, vamos torcer para que esse recurso aconteça, vamos torcer, de 250 mil para iluminação pública. E os recursos, também, via federal, as demais demandas. Esse é a minha forma de trabalhar. Esse é o jeito do vereador ‘Zé Anésio’ trabalhar. Fiscalizar sim, viu, vereador Caio? É a nossa função, é a minha função de acompanhar o Executivo na aplicação dos recursos. E eu vou fazer, até o último dia do meu mandato. Fiscalizar, sim.

Apoiar aquilo que está sendo bem investido e aplicado. E ser atuante na fiscalização. Fomos eleitos para isso. Aqui são 13 vereadores. Aqui nós correspondemos ao município de Piedade, nessa Casa de Leis, importante, mas também somos atuantes, cada vereador aí, com sua função, com seu papel, e procurando fazer o melhor. Então, venho deixar para a população que nos acompanha. Vereador Zé Anésio, como todos os vereadores aqui, nós trabalhamos em prol de um município melhor. Todos. Os 13 vereadores aqui, procuram fazer o melhor. E eu estou trabalhando com as emendas parlamentares, tanto Federal, como do Estado também. Mas, Presidente, vocês têm todo o meu carinho, o meu respeito, vocês que colocaram as emendas diante de suas demandas, obrigado, Presidente." – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-la, a emenda nº 22 foi colocada em primeira votação – **Aprovada por unanimidade (13x0)**. Em seguida, o projeto de lei foi colocado em primeira discussão – **Vereador Mauro Vieira Machado –** "Peço dispensa do cumprimento regimental. Bom, o que eu quero falar um pouco do projeto, é frisar essa questão que o orçamento nunca a gente consegue fechar ele como um todo. A previsão, ele sempre fica faltando, e uma das formas que a gente tem, realmente, para que isso se aproxime mais do valor, não necessariamente, mas sim de todos os tipos de arrecadação, mas como um todo do valor geral, é trazendo emenda, como foi citado aqui, pelo Zé Anésio. A melhor forma que a gente tem de ajudar o município, ajudar a administração a fazer as coisas. Através do meu mandato, também, consegui diversas emendas, duas máquinas, carros, 2 carros, entre outras coisas que a gente conseguiu, e os vereadores aqui também, que conseguiram, os novos, que estão chegando, que estão lutando, que com certeza vai chegar. Isso é importante, gente. Então a gente tem que frisar essa busca de emendas para ajudar no orçamento. Todas as emendas que a gente traz, vai nessa caixinha, no orçamento municipal, e é distribuído da melhor forma possível, com serviço, com manutenção de estradas, com saúde, e entre outros, e principalmente equipamentos. E é isso, gente. Obrigado pela atenção de todos." – Continuou em discussão – Como não houve mais vereadores para discuti-lo, o projeto de lei foi colocado em primeira votação – **Aprovado por unanimidade (13x0) – O projeto e suas emendas serão incluídos na pauta da próxima sessão para segunda deliberação.** Como não houve mais matérias na Ordem do Dia, foi passada a palavra aos inscritos em **EXPLICAÇÃO PESSOAL**: **Vereador Caio Cezar da Silva Martori (1) –** "Pela última vez na noite, eu peço dispensa das formalidades regimentais. Sei que já passamos aí, das 22:40,

noss tempo máximo é de 4 horas, estamos quase chegando no tempo máximo, é porque isso destaca o quanto a gente tem vontade de produzir pelo município, todos nós aqui. Eu me inscrevi na explicação pessoal, conforme prevê o nosso Regimento /interno, primeiro que ele prevê que a gente pode querer explicar atitudes na sessão, ou fora dela, é isso que prevê o nosso regimento. Mas, também foi citado o meu nome em relação a quando eu fui Secretário da Educação, se faltou alguma coisa. Na verdade, a gente sabe que o orçamento, principalmente de Piedade, no Brasil, ele nunca vai ser suficiente para tudo, mas nos três anos e meio que eu fiquei à frente da maior pasta do município, que é a educação, dois anos na administração do prefeito José Tadeu de Resende, e um ano e meio na administração da prefeita Maria Vicentina, o educador não teve falta de material de trabalho. Nós trabalhamos com afinco para garantir isso e não aconteceu isso. Então, eu gostaria de deixar bem claro que nossa administração, as duas vezes que estive lá, não faltaram materiais de trabalho. Lógico que a gente não é perfeito, muito longe disso, e a gente tem que tomar, enquanto gestor, principalmente da maior pasta do município, que tem o maior volume de recursos, que tem o maior número de funcionários, a gente tem que tomar decisões a todo momento. De 20 a 30 decisões por dia, no mínimo. E é claro que a gente não acerta sempre, mas a gente procurou garantir e eu tenho esse retorno dos educadores desde então. Eu estive à frente da pasta do município, da educação em 2007, 2008 e depois em metade de 2015 e 2016 inteiro. E eu nunca tive esse tive esse tipo de reclamação, porque é o básico do básico. Foi colocado aqui que é o básico do básico, mas a gente precisa trabalhar para garantir esse básico do básico. É uma forma de valorizar. A gente está aqui também para discutir e colocar para a população a importância dos temas, e esse é um tema importante. Se não fosse importante, eu não teria colocado, embora seja obrigação, a gente sabe, também, que esse tipo de gasto passa também por decisões. Eu falei aqui, de 20 a 30 decisões por dia, passa, também, porque muitas vezes, pode ser tido como um gasto muito maior do que é necessário, e a gente quer garantir que não tenha esse tipo de posicionamento, porque é necessário, os professores precisam desse tipo de material. Eu agradeço os nobres pares por terem aprovado essa emenda, em sua maioria, respeito quem votou contra a gente está aqui para respeitar todo mundo e é isso que eu faço. A gente diverge, é natural de todo ser humano, ainda mais os políticos, no exercício do nosso mandato é normal e necessário divergir. Numa discussão prévia, eu disse: ‘é meu direito propor a emenda, e é o direito de todos votarem contra ou a

favor'. E eu vou defender sempre esse direito, isso é democracia. Eu vou defender o direito de livre manifestação de todos. Nós somos colegas de trabalho, de mandato, estamos aqui para ofertar o melhor para a população. A divergência é normal, nós somos em 13, cada um pensa de uma maneira, cada um defende aquilo que acredita, e a gente tem que ter sempre a oportunidade de defender isso, e isso vocês podem esperar sempre de mim. Por isso que eu me inscrevi nessa explicação pessoal, porque foi feita essa citação, e eu deixo bem claro que não houve isso, porque a gente trabalhava incessantemente para não acontecer isso, e eu quero garantir isso para os próximos anos, para que não falte. Agradeço novamente a todos que aprovaram, e respeito aqueles que não aprovaram, essa é democracia. Boa noite a todos e obrigado. – Não havendo mais vereadores inscritos em explicação pessoal, o senhor presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão ordinária às 22h47. Eu, Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva, 1ª Secretária da Mesa Diretora deste Poder Legislativo, autorizei a transcrição desta ata que será submetida ao Plenário, oportunamente.

Adilsom Castanho
Presidente

Valdinei Aparecido Mariano Franco
Vice-Presidente

Maria Vicentina Godinho Pereira da Silva
1ª Secretária

Wandi Augusto Rodrigues
2º Secretário